

Exma. Sra. Relatora MINISTRA LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES
LÓSSIO do Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral
PROTOCOLO JUDICIARIO

27.274/2014 Reimp.

23/09/2014-08:18



Processo nº 58813.2014.600.0000

PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, já qualificado nos autos, por meio de seu advogado infra assinado, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência requerer a juntadas dos documentos que seguem em apenso.

O referido documento é uma retificação no Programa de Governo apresentado no momento do registro.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento,

São Paulo, 23 de setembro de 2014

Bruno Colares Soares Figueiredo Alves
OAB-SP nº 294.272

16 propostas para construir um Brasil para os trabalhadores

Entre os dias 14 e 15 de junho, o PSTU realizou em São Paulo um seminário para discutir o programa que apresentará nessas eleições através das candidaturas Zé Maria à presidente e Cláudia Durans a vice. O seminário contou com cerca de 500 pessoas, entre militantes, ativistas de todo o país, além de delegações como a de operários do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio), de garis de São Gonçalo (RJ), trabalhadores rodoviários do Rio, além de metalúrgicos de São José dos Campos (SP).

Doze grupos temáticos discutiram os temas específicos reunindo, lado a lado, operários, estudantes, intelectuais, militantes, que debateram de forma democrática as propostas para mudar o país. Confira seguir 16 propostas para construir um Brasil para os trabalhadores:

1 - Romper com a dívida pública

Até maio, o pagamento dos juros da dívida externa e interna já consumiu R\$ 460 bilhões, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida. Isso representa 54% de todo os gastos do governo federal. O pagamento da dívida impede que seja investido mais recurso em áreas como saúde, educação, transporte e reforma agrária. Para mudar o Brasil, a primeira coisa que deve ser feito é parar de pagar essa dívida.

2 - Estatização do sistema financeiro

É necessário estatizar todo o sistema financeiro, acabando com a farra dos bancos que lucram ao custo do endividamento dos mais pobres. Seria possível, assim, acabar com os juros altos, ter o controle de capitais externos e impedir a fuga do capital especulativo, assim como a remessa de lucros das grandes multinacionais para fora do país.

3 - Reestatização das empresas privatizadas

Anulação de todas as privatizações realizadas durante os últimos governos neoliberais. Marca desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro foi FHC, que entregou empresas até então verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida por R\$ 3, 3 bilhões em 1997, ou seja, um valor bem menor do que os lucros anuais obtidos pela mineradora. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização e sob controle dos trabalhadores,

para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população.

4 - Anulação do Leilão do Pré-Sal, por uma Petrobras 100% estatal

O governo Dilma iniciou a privatização do Pré-Sal, entregando o megacampo de Libra a preço de banana às multinacionais do petróleo. A desnacionalização do petróleo brasileiro se dá juntamente com o processo de privatização da Petrobras. O PSTU defende a anulação do leilão do Pré-Sal e de todos os campos entregues às multinacionais e por uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores.

5 - Aumento geral nos salários e congelamento dos preços
A inflação diminui os salários dos trabalhadores. O aumento dos preços, sobretudo dos alimentos, atinge principalmente os mais pobres. A inflação funciona, na prática, como uma redução salarial por parte dos patrões, um tipo de confisco de parte dos salários dos trabalhadores através do preço dos produtos. Para enfrentar a inflação, defendemos aumento geral dos salários e o congelamento dos preços dos produtos.

6 - Reforma agrária

Uma verdadeira reforma agrária, que esta paralisada no governo Dilma, poderia garantir alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir terra aos sem-terras. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio e o agronegócio.

7 - Redução da jornada de trabalho

Os anos de crescimento econômico do governo PT poderiam ter sido utilizados para acabar com o desemprego. No entanto, a quase totalidade dos novos empregos criados nos últimos 10 anos são os empregos com os salários mais baixos e piora das condições de trabalho. Os trabalhadores de setores como a indústria, por exemplo, sofrem com jornadas extenuantes e o aumento das horas extras. Reduzindo a jornada de trabalho das atuais 44h para 36h semanais, sem redução nos salários, abriria novos postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho dos já empregados.

8 - Estatização dos transportes

O principal problema que fez explodir os protestos de junho foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os

lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero.

10 - Educação pública e de qualidade

Embora o Brasil esteja entre as maiores economias do mundo, a educação pública está a mingua. Enquanto bilhões são destinados todos os meses para os banqueiros, as escolas estão caindo aos pedaços. Lutamos por 10% do PIB para a Educação já, e não em 10 anos como prevê o Plano Nacional de Educação do governo.

11 - 10% do PIB para a Saúde

A saúde pública definha por conta da privatização dos serviços e a falta de investimentos públicos no setor. Em geral, o país gasta apenas o equivalente a 3,5% do PIB com Saúde, sendo que o mínimo necessário para um serviço público universalizado seria o dobro disso, ou 6% do PIB. Defendemos a aplicação de 10% do PIB para a Saúde já, recursos esses que poderiam vir do fim pagamento da dívida pública.

12 - Plano de obras públicas para resolver o problema da moradia e emprego

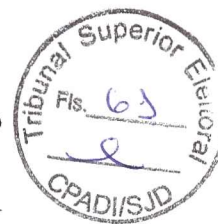
O país viveu nos últimos anos um verdadeiro boom imobiliário. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Mesmo assim, persiste o dramático déficit habitacional, em algo como 7 milhões de moradias. Defendemos um plano de obras públicas para a construção de moradias que possa ao mesmo tempo avançar na questão de desemprego e na falta de habitações dignas à população mais pobre.

13 - Saneamento básico para todos

Em pleno século 21, o país tem regiões sem saneamento básico. Na região Norte, que tem os maiores rios do mundo, somente 13% das cidades contam com redes de esgoto. No Pará, só 6,3% das cidades contam com o serviço. Isso se reflete em inúmeros problemas de saúde e mortalidade, sobretudo infantil. É preciso investimento maciço em saneamento básico para todos.

14 - Não à criminalização dos movimentos sociais, desmilitarização da PM

O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. Em todo o país, milhares de ativistas foram detidos e centenas



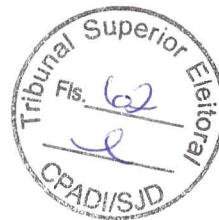
estão sendo indiciados. Não à criminalização! Lutar não é crime! Defendemos a desmilitarização da Polícia Militar e a conformação de uma polícia unificada, civil, controlada pela população.

15 - Contra o racismo, o machismo e a homofobia

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são instrumentalizados para aumentar ainda mais os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária por parte da polícia. Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, o fim do genocídio da juventude negra e a criminalização da homofobia.

16 - Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores

A corrupção está no DNA do capitalismo. Ela nasce antes mesmo das eleições, quando as grandes empresas, bancos e empreiteiras pagam milhões para as campanhas de seus candidatos. Uma vez eleitos, eles beneficiam essas mesmas empresas. Defendemos a prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e também de seus corruptores, ou seja, as empresas que se beneficiaram desses crimes.



Tribunal Superior Eleitoral
Secretaria Judiciária

RECIBO DE PETIÇÃO ELETRÔNICA

Documento com assinatura

Signatário(a): BRUNO COLARES SOARES FIGUEIREDO ALVES

CPF : 009.197.244-26

Nº Série: 99423882053447050121327442055110782228

Protocolo: 27274/2014

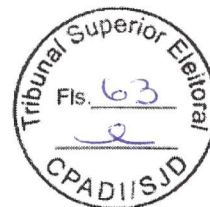
Data e Hora de recebimento: 23/09/14 - 08:18:16hs

Documento recebido eletronicamente e impresso pelo(a) servidor

RAFAEL DA COSTA JERÔNIMO - Matrícula: 30900919



**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA JUDICIÁRIA**

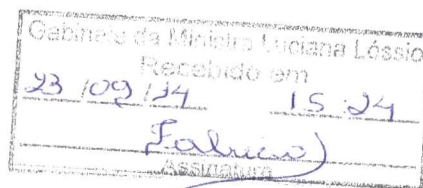


REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 588-13.2014.6.00.0000

TERMO DE CONCLUSÃO

Aos 23 de setembro de 2014, faço estes autos conclusos ao(a) Exmo(a).
Sr(a). MINISTRA LUCIANA LÓSSIO, Relator(a).

José Wilton Alves Freire
Chefe da SEDAP/CPADI



Arquive-se.
Brasília, 23 de setembro de 2014.

Ministra Luciana Lóssio
Relatora